

ATA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016

1 Aos 20 (vinte) dias do mês de dezembro de 2016, das 13h30 às 16h00, reuniu-se ordinariamente o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
2 das Velhas (CBH Rio das Velhas), na Faculdade de Medicina da UFMG, localizada na Avenida Alfredo Balena, nº 190, 1º andar, Sala 108,
3 Belo Horizonte/MG. **Participaram os seguintes conselheiros titulares:** Geraldo Vitor de Abreu - IGAM; Ênio Resende de Souza -
4 EMATER; Matheus Valle de Carvalho e Oliveira - ARSAE; Lairto Divino de Almeida - Prefeitura Municipal de Jaboticatubas; Nelson
5 Cunha Guimarães - Copasa; Wagner Soares Costa - FIEMG; Alisson Frederico Medeiros de Oliveira - IBRAM; Renato Junio Constâncio -
6 CEMIG; Carlos Alberto Santos Oliveira - FAEMG; Gesner Ferreira Belisário Junior - Associação dos Municípios do Circuito da Serra do
7 Cipó - AMPASC; Cecília Rute de Andrade Silva - CONVIVERDE, Simone Alvarenga Borja - Arca Amaserra; Valter Cunha Vilela - ABES;
8 Marcus Vinícius Polignano - Instituto Guaicuy; José de Castro Procópio - ADAO; Tarcísio de Paula Cardoso - ACOMCHAMA;
9 **Participaram os seguintes conselheiros suplentes;** Paulo César dos Reis - Secretaria de Estado de Saúde; Antônio Marcos Generoso
10 Cotta - Prefeitura Municipal de Itabirito; André Ribeiro do Rego - Prefeitura Municipal de Morro da Garça; Clayton de Brito Cordeiro -
11 Copasa; Odorico Pereira de Araújo - Holcim Brasil S.A; Luiz Cláudio de Castro Figueiredo - Vale S.A; Eduardo Nascimento - FETAEMG;
12 Itamar de Paula Santos - Comupra; **Justificaram ausência os seguintes conselheiros:** Inês Tourino Teixeira - SEE; Maria Mércia
13 Rodrigues - Prefeitura Municipal de Baldim; Guilherme Augusto Duarte de Castro - SEDE; Mayara Cristina Lima - SEAPA; Rodrigo Hott
14 Pimenta - Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves; Luiz Augusto Aguiar Ferreira - Prefeitura Municipal de Corinto; Francisco de
15 Assis de Oliveira - Prometa; Marcos Joaquim Matoso - Prefeitura Municipal de Sete Lagoas - **Participaram também:** Helbert - Tecisam;
16 Cleidson Lucio Silva - PMRN; Júlio César Bernardes - Subcomitê Poderoso Vermelho; Ricardo Costa - Subcomitê Rio Taquaraçu; Carla
17 Coutinho - IGAM; Barbara Botelho - IGAM; Clarissa Dantas - IGAM; Jacqueson Azevedo - Subcomitê Guaicuy; Cleidiane de Campo -
18 Projeto Manuelzão; Morel Queiroz - IGAM; Diogo de Carvalho Oliveira; Élio Domingos Neto, Guilherme C. Peron; Izabella Resende;
19 Derza Nogueira, Izabel Nogueira, Dimas Correa, Amanda Paixão, Jeam Alcântara, Euclides D.A. Brandão; Paulo César da Silva,
20 Polítacito Ricardo - Equipe de mobilização FUNDEP; Ohana Padilha; Luiza Baggio, Rodrigo de Angelis, Paulo Cesar da Silva -
21 Comunicação CBH Rio das Velhas; Célia Froes, Jacqueline Fonseca, Thiago Campos, Amanda de Amorim Alves, Bárbara Aliverti -
22 Agência Peixe Vivo. Após a recepção, credenciamento e verificação de quórum, o Secretário do CBH Rio das Velhas, Sr. Renato Junio
23 Constâncio - Cemig, realiza a abertura da reunião, agradece a presença de todos e apresenta a pauta: **Informes: Seminário “Os dois**
24 **lados da Moeda: crescimento econômico x produção de água - Carta dos Comitês do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba sobre o**
25 **sinclinal Moeda; Seminário Elaboração e adequação de estradas vicinais” - SCBH Paraúna; Aprovação da ata da 92ª reunião**
26 **realizada em 21 de outubro de 2016; Momento dos Subcomitês - relato sobre a reunião dos coordenadores de Subcomitês;**
27 **Apresentações: Ações do Grupo Gestor de vazão do Alto Rio das Velhas; Programa Cultivando Água Boa; Deliberações: Deliberação**
28 **CBH Rio das Velhas - Cronograma de reuniões; Deliberação CBH Rio das Velhas - CTC - Processo 25176/2014 - Ribeirão das Neves;**
29 **Deliberação CBH Rio das Velhas - Chamamento para a apresentação de demandas de projetos hidroambientais. Assuntos gerais e**
30 **encaminhamentos.** O presidente do CBH Rio das Velhas, Sr. Marcus Vinícius Polignano, comenta sobre os desafios enfrentados em
31 2016 e sinaliza que ainda há um longo caminho a percorrer, estamos equilibrando na relação IGAM, CBH Rio das Velhas e Agência
32 Peixe Vivo no sentido de dar fluidez na relação referente à Política de Recursos Hídricos. Explica que o rio das Velhas ainda possui
33 problemas com a quantidade e qualidade hídrica, diz em 2016 ocorreu um quadro de vazões críticas no Alto Rio das Velhas e em
34 determinados momentos houve vazão de $9m^3/s$ nos meses de agosto, setembro e outubro 2016. Explica que não houve piora da
35 situação em consequência da instrumentalização do Grupo Gestor de Vazão do Alto Rio das Velhas, pois na região do alto Rio das
36 Velhas há a reservação da bacia do rio de Peixe – AngloGold Ashanti e de Rio de Pedra - CEMIG. Informa que a reservação de Rio de
37 Pedras - Cemig aportou um maior volume de água em determinados períodos críticos, mas ainda assim, não está sendo suficiente para
38 que o rio das velhas deixe o nível de criticidade. Explica que a partir de julho em diante, há presença de cianobactérias no trecho do rio
39 das Velhas localizado no município de Santana de Pirapama até a Barra do Guaicuí, nesse sentido caracteriza-se um rio sofrido e que
40 necessita de Políticas Públicas para sair do nível de problemas em que ele se encontra. Polignano explica que por outro lado vários
41 projetos hidroambientais foram implementados na bacia e os TDRs oriundos do Chamamento Público de Demandas de 2015 estão em
42 fase de finalização junto à Agência Peixe Vivo com 22 projetos hidroambientais sendo implantados. Comenta sobre a situação
43 referente à retenção de recursos da cobrança por parte do governo de Minas Gerais, pois em 2016 não houve repasse de recursos ao
44 Comitê, fato que considera inaceitável, pois o recurso não é de propriedade do Governo e sim da bacia hidrográfica do rio das Velhas e
45 das ações de revitalização da bacia. Sinaliza que ainda não conseguiram parceiros, mas estão tentando, para as ações de melhoria do
46 rio em relação ao tratamento terciário e comenta sobre a parceria realizada recentemente entre CBH Rio das Velhas e o CBH Rio
47 Paraopeba, com o objetivo de que os dois Comitês atuem de forma integrada. **Informes: Seminário “Os dois lados da Moeda:**
48 **crescimento econômico x produção de água - Carta dos Comitês do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba sobre o sinclinal Moeda:**
49 Polignano comenta sobre o Seminário “Os dois lados da moeda” que ocorreu em 18 de novembro e teve como objetivo a discussão
50 sobre a importância da preservação do Sinclinal Moeda, pois é uma área fundamental para as nascentes e cursos d’água bacia do Rio
51 Paraopeba e do Rio das Velhas e possui impactos ambientais. Em seguida realiza a leitura da Carta dos Comitês de Bacia do Rio das
52 Velhas e do CBH Paraopeba referente à preservação do Sinclinal Moeda, por se tratar de uma área estratégica de produção hídrica no
53 Alto Rio das Velhas. O Sr. Carlos Alberto - FAEMG pergunta sobre as futuras ações de defesa do Sinclinal Moeda após o Seminário e
54 Polignano explica que há a proposta de realização de uma Audiência Pública envolvendo os dois Comitês para discutir o Sinclinal
55 Moeda e já se encontra agendada uma reunião com o diretor da APA Sul para discutir a questão, e a ideia é dar desdobramento e
56 repercutir essa preservação, envolver os municípios e diversos atores de forma sistêmica para que o Sinclinal seja percebido como um
57 sistema geosistêmico único para que todos participem das ações de preservação conjuntamente. O Sr. Ênio Resende - Emater comenta
58 que no seminário foi percebido que o grande problema na área do Sinclinal se refere ao uso e ocupação do solo e cada prefeitura
59 pensa somente em seu território e não de forma integrada, pois impactas as duas bacias e portanto é necessário uma interação com
60 as Prefeituras, Câmaras Municipais, Secretarias de Meio Ambiente e IGAM para a preservação, pois da maneira que está, não teremos
61 força para resolver a questão da ocupação do solo. O Sr. Geraldo Abreu - IGAM sinaliza a necessidade de que variados atores que
62 estão economicamente na região sejam envolvidos na construção do Apoio de Cooperação. O Sr. Eduardo Nascimento - FETAEMG
63 sugere que o CBH Rio das velhas convide para a próxima Plenária do Comitê, a Secretaria de Meio Ambiente para as discussões, pois
64 percebeu que de uma maneira consensual ou com divergências, a Sociedade Civil no Comitê produziu ao longo do ano uma série de

ATA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016

65 proposições ao Governo. Sinaliza que o impedimento de degradação ambiental depende do Governo, pois os empreendedores e
66 sociedade civil ficam limitados para tal ação e que na URC Rio das Velhas o licenciamento ambiental é discutido, mas não há
67 reconhecimento de território. Sugere que o documento (Carta) pautar uma discussão com o Governo, para que as ações possam
68 caminhar institucionalmente. **Informe: Seminário Elaboração e adequação de estradas vicinais” - SCBH Paraúna:** O Sr. Renato
69 Constâncio - CEMIG informa que o seminário “Elaboração e adequação de estradas vicinais” gerou um relatório que seria entregue à
70 Diretoria do CBH Rio das Velhas. Explica que vem sendo construído um processo interessante pois haverá a utilização do Projeto
71 Hidroambiental, que na fase de diagnóstico houve inclusão das quatro micro-bacias da bacia do Rio Paraúna e para a execução das
72 ações, foi elencado no TDR o Córrego Engenho da Bília, o mais degradado. Informa sobre a parceria com a Emater do município de
73 Gouveia para a realização de oficinas e dias de campo ao longo da execução das obras e qualificação de operadores de máquinas e das
74 lideranças das Prefeituras para a execução das obras. Explica que o maior problema encontrado no diagnóstico se refere às Estradas
75 vicinais mal projetadas e mal conservadas, tema do seminário. Em seguida, realiza a entrega do relatório à Diretoria do Comitê e
76 finaliza informando que o projeto é uma importante vitória para o Subcomitê Rio Paraúna. **Aprovação da ata da 92ª reunião realizada
77 em 21 de outubro de 2016:** A ata foi aprovada sem alterações com uma abstenção. **Momento dos Subcomitês - relato sobre a
78 reunião dos coordenadores de Subcomitês:** Polignano explica que os Subcomitês se reúnem anualmente com o CBH Rio das Velhas
79 para promover avaliação do trabalho executado e foi avaliado que os subcomitês encontram-se empoderados e com participação
80 social, fundamental para o processo de mobilização do CBH Rio das Velhas. Considera que os subcomitês têm respondido de forma
81 atuante nas ações e promovem debates entre os segmentos, o que possibilita articulações inclusive em relação aos projetos
82 hidroambientais. Informa que os resultados dos projetos foram discutidos na reunião, houve cobrança em relação à implantação dos
83 projetos referentes às demandas espontâneas de 2015 e no momento os TDRs desses projetos estão sendo liberados, portanto
84 teremos a partir de 2017 praticamente todos os subcomitês com os projetos hidroambientais efetivamente em desenvolvimento.
85 Comenta que a discussão sobre o processo de contratação dos projetos se desenvolveu também em torno dos valores dos TDRs, um
86 impasse em relação à gestão da política de recursos hídricos, pois há necessidade de formulação da tomada de preços, pois é
87 importante que se tenha a composição de preços para a contratação dos projetos, o que facilitaria o processo de licitações inclusive
88 em relação a custos, porém a Legislação atual obriga a realização de cotação de preços anterior às licitações e em certos momentos as
89 empresas apresentam valores superestimados. Comenta sobre a necessidade de discussão com o IGAM sobre a regulamentação do
90 Contrato de Gestão, pois já existe um Decreto do Estado que permite a composição de preços, porém o CBH Rio das Velhas não
91 consegue implantar esse procedimento e sinaliza que através da composição de preços haveria a possibilidade de obter preços mais
92 adequados. Em seguida, comenta que a Campanha do Rio das Velhas também foi discutida e para o ano de 2017 o tema a ser a
93 Revitalização do Rio das Velhas e expõe sobre a importância de que todos os setores participem das ações de revitalização da bacia,
94 incluindo as Prefeituras, Copasa e setor empresarial. Explica que houve estagnação do Projeto de Revitalização do Rio das Velhas,
95 portanto é necessário retomar a discussão sobre a questão. Finaliza informando que a Semana do Rio das Velhas que reunirá todos os
96 Subcomitês, está agendada para os dias 28, 29 e 30 de junho de 2017. **Apresentações: Ações do Grupo Gestor de vazão do Alto Rio
97 das Velhas:** Polignano comenta que devido à necessidade do controle mínimo das vazões do alto rio das Velhas, estão trabalhando
98 com a reservação Rio de Peixe - Anglo Gold e reservação de Rio de Pedra - CEMIG. Explica que o sistema Rio de Peixe libera uma vazão
99 de 2m³/s a 3 m³/s e o Sistema Rio de Pedras libera uma vazão de 1m³/s a 2m³/s, podendo ocorrer variação e foi identificada a ausência
100 de sincronia entre os sistemas, portanto, por meio da Agência Peixe Vivo, houve a contratação de um estudo hidrogeológico, para
101 fazer um modelo matemático para que a partir da quantidade de água acumulada das duas reservações, seja possível conseguir a
102 realização da defluência de forma controlada em especial nos períodos mais críticos. Explica que houve encaminhamento para um
103 Termo de Acordo envolvendo a Copasa, Cemig, Vale e AngloGold Ashanti e a ideia era que a assinatura do documento fosse realizada
104 na presente Plenária, porém não seria possível devido a necessidade do documento ser encaminhado ao setor jurídico e o documento
105 seria alterado de Termo de Acordo para Carta de Intenções, pois sentiu-se dificuldades operacionais pelas Empresas para assumir algo
106 mais rígido nesse sentido. Explica que de certa forma, o documento sinaliza as obrigações e contribuições que cada empresa
107 desenvolverá no processo e considera ser um arranjo institucional do qual se espera que a partir de janeiro de 2017, com a presença
108 das chuvas, possamos trabalhar com o modelo. Reforça que cabe aos setores usuários o envolvimento no processo e que o
109 documento seja assinado e o processo formalizado e lembra que todos os participantes discutiram democraticamente sobre o
110 processo e a intenção é de que o modelo funcione em 2017. O Sr. Ênio Resende comenta sobre o papel que o CBH Rio das Velhas
111 possui em relação à articulação institucional e que a iniciativa do processo e da contratação de técnicos especialistas se deu a partir do
112 Comitê. O Sr. Nelson Cunha - COPASA considera que o processo permitiu que os atores se reunissem para promover a discussão,
113 alinhamento das informações e fornecimento de dados o que favoreceu uma melhor compreensão em relação ao Alto Rio das Velhas,
114 formalizando um comprometimento através dos procedimentos que foram registrados na Carta de Intenção que foi construído por
115 todos os envolvidos e contempla ações que inclusive já ocorreram em 2016, pois a Cemig já auxiliou para o equilíbrio da vazão no
116 período de duas semanas, baseado em um alerta de redução vazão e conseguiram equilibrar o sistema. O Sr. Renato Constâncio
117 aproveita para lembrar ao IGAM sobre a defluência de Rio de Pedras. O Sr. Geraldo - IGAM explica que essa outorga foi concedida em
118 2009 e caso esteja ocorrendo alteração é necessária a realização de estudos de referência com o objetivo de identificar que a afluência
119 encontra-se menor que a defluência e sinaliza que esse estudo será solicitado como informação complementar e o Comitê deverá
120 alterar a condicionante e deliberar, portanto é necessário maiores informações para que possam subsidiar o Comitê para uma tomada
121 de decisões. Polignano solicita que o IGAM encaminhe ao Comitê para deliberar e agilizar o processo, pois será fundamental para
122 implantar o modelo para 2017. Wagner Soares - FIEMG parabeniza o trabalho do Comitê, pois articula com os atores para promover a
123 resolução de problemas incluindo os usuários que às vezes são encarados pelos Subcomitês como inimigos. Sinaliza a necessidade de
124 utilizarmos o recurso da cobrança para estudar a bacia e modificar alguns conceitos e sugere que para os próximos projetos
125 hidroambientais que ocorra uma contratação para análise dos Cadastros Ambientais Rurais, identificar as áreas desmatadas e priorizá-
126 las para a revitalização em 2017. A Sra. Simone Alvarenga - ARCA AMASERRA sinaliza a necessidade para que o estudo possa ser
127 ampliado para outras mineradoras que também possuam reserva hídrica na região. Polignano explica que tem discutido sobre
128 algumas questões em relação às áreas de preservação que possuem e já foi sinalizado sobre a dificuldade de regulamentação da APA

ATA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016

129 SUL, pois poderíamos como estratégia trabalhar um grande mosaico de Unidades de Conservação na região em um primeiro
130 momento. Explica que recebeu por parte do setor de mineração áreas de potencial de reservas na região com valores significativos.
131 Aproveita para solicitar a possibilidade de ampliação de Fechos, área estratégica para a região. **Programa Cultivando Água Boa:** O Sr.
132 Morel Queiroz - IGAM explica que a ideia é apresentar o que o conseguiram evoluir até o momento na discussão da necessidade de
133 adequação do Programa Cultivando Água Boa para sua implementação em Minas Gerais pelo Governo do Estado. Explica que o
134 Governo de Minas Gerais adotou a ideia da adaptação do Programa de Itaipu e contextualiza como se desenvolveu as discussões de
135 promoção das adequações. Expõe que enfrentaram algumas dificuldades nas propostas apresentadas devido às diferenças de
136 estratégias do Programa de Itaipu em relação ao adotado pelo Governo de Minas, mas que conseguiram avançar até certo ponto. O Sr.
137 Demerval - IGAM explica que o Comitê Coordenador do Programa Cultivando Água Boa envolve diversas entidades do Estado de Minas
138 e propõe que existam ações integradas das entidades nas diversas áreas onde o programa for aplicado. Explica que o programa visa
139 contribuir para a recuperação na qualidade e quantidade de água nas bacias hidrográficas, apresenta os seus objetivos específicos, as
140 bacias hidrográficas do Estado, a concepção e estrutura do programa em relação aos seus componentes e subcomponentes, as áreas
141 de abrangência do programa e a estratégia inicial de implementação, que envolve o módulo I que abrange o programa de recuperação
142 e preservação das nascentes e localidades onde a Copasa tem concessão atuando diretamente junto aos Comitês gestores locais e o
143 módulo 2 que adota a centralidade dos Comitês de Bacia para a execução do programa, nos quais foram selecionadas as subbacias e
144 microbacias do médio e baixo Jequitinhonha e na bacia do rio das Velhas a subbacia do Rio Bicudo. Apresenta quais as bacias serão
145 abrangidas pelo Programa em 2017 e em 2018, entre elas a bacia JQ3 - bacia do médio e baixo Jequitinhonha, que foi escolhida
146 prioritariamente levando-se em conta a desertificação, déficit hídrico e índice de IDH. Explica que o Plano Diretor de Recursos Hídricos
147 foi consultado, portanto há concordância com o que está previsto no PDRH, que envolve ações como proteção ambiental, controle de
148 erosões, saneamento rural, agricultura irrigada e governança de recursos hídricos. Em relação à bacia hidrográfica do rio das velhas,
149 SF5, também houve consulta ao PDHR que mostra que o Rio Bicudo possui a menor disponibilidade hídrica da bacia do rio das Velhas,
150 seguido pela UTE Picão e assim priorizou-se a Subbacia Rio Bicudo como área prioritária no Programa. Apresenta as ações previstas e
151 os custos da fase inicial referentes aos subcomponentes e explica que nesse primeiro momento, houve a realização de uma oficina,
152 porém não se chegou a uma solução compartilhada para uma proposta de ações. Informa que o Comitê deliberou que o IGAM fizesse
153 uma proposta e assim foi realizado, mas no momento existe o desafio pela frente em relação às demandas das regiões e implantação
154 das propostas, pois as demandas são estimativas, portanto, será necessário maior detalhamento e a inicialização do Programa servirá
155 como laboratório para futuras melhorias. Apresenta as propostas de ações e da estrutura de gestão e sinaliza que será necessário
156 pensar como o Programa se operacionalizará e expõe sobre o fundamental papel que os Comitês de Bacia terão no processo de
157 definição das demandas ao Comitê coordenador e na atuação dos atores de forma integrada. O Sr. Valter Vilela - ABES expõe dúvida
158 sobre o valor do orçamento que o Estado possui para o Programa e o Sr. Demerval informa que está previsto que cada órgão inserido
159 na agenda de ações do Programa, disponibilize recursos e que o IGAM está verificando com a ANA sobre a obtenção de recursos, mas
160 a ideia é a sinergia. Wagner Soares acredita que há recurso e orçamento, porém não há força política e pergunta onde o CBH Rio das
161 Velhas poderia materializar o Programa em vez de reclamar que o IGAM e outros órgãos não poderão introduzir verbas. Considera que
162 o CBH Rio das Velhas possui recurso e que deveríamos mobilizar para descobrir um ponto de apoio e fazer o programa acontecer. O Sr.
163 Néelson Cunha acredita que a filosofia do Programa é convergir os esforços em um objetivo comum e a grande questão do Cultivando
164 Água Boa é poder estruturar esses recursos aplicados dentro de uma área planejada, sendo importante canalizar os esforços e buscar
165 soluções. O Sr. Itamar - COMUPRA questiona sobre a requalificação da bacia do Ribeirão do Onça e do Ribeirão Arrudas, pois as bacias
166 não foram contempladas no Programa, comenta que novamente a área urbana está ficando de fora e considera atenção para essa
167 situação. Solicita que a equipe de comunicação do CBH Rio das Velhas registre as ações efetivadas nas nascentes pelas comunidades
168 locais. O Sr. Eduardo Nascimento comenta que ao transferir o Programa para o IGAM de uma forma colegiada, o Governador
169 reconheceu que o modelo de Itaipu não se aplica em Minas Gerais, pois Itaipu paga pelo uso da água na área territorial de sua
170 abrangência. Considera que essa mudança foi fundamental, pois passou o Programa para os Comitês de Bacia e acredita que como
171 exercício de construção está ótimo e que o Comitê deve agir, pois no orçamento do PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental
172 há recurso, nesse sentido, sugere que o CBH Rio das Velhas estabeleça ações iniciais prioritárias, mas que não se confunda com o
173 recurso da cobrança. Acredita que o Comitê possa fazer propostas e tem condição de agregar órgãos do Estado e discutir ações
174 concretas de execução para o Programa, portanto sugere que haja reunião com a Secretaria Executiva e Comitê de Coordenação para
175 definir as ações. A Sra. Cecília Andrade se diz preocupada em relação ao Programa no município de Contagem, pois já estavam
176 mobilizados e pergunta como ficará essa situação, se o Programa aproveitará o Comitê formado. O Sr. Carlos Alberto deseja sucesso
177 ao programa, mas salienta a questão do recurso, pois a situação do Estado é complicada, o IGAM não consegue repassar o dinheiro da
178 cobrança, portanto há preocupação de que o Programa não dê certo, a exemplo do Programa Bolsa Verde que foi um fracasso do
179 Governo de Minas. Clarissa Dantas - IGAM, explica que teve oportunidade de acompanhar as oficinas do grupo coordenador do
180 programa Cultivando Água Boa e tem acompanhado a construção do programa. Em relação às considerações que foram feitas, explica
181 que é importante ter em mente que o Programa do Governo de Minas importa a tecnologia social e a metodologia de Itaipu, que se
182 trata de um contexto de uma empresa para recuperação de condicionantes, e a do Governo de Minas tem relação com a construção
183 de uma política pública. Explica que na primeira oficina após a centralidade da coordenação ter ido para o IGAM, as entidades
184 presentes como a Emater, Copasa, IGAM definiram quais as suas ações que atualmente tem relação com as componentes do
185 programa Água Boa e observaram o que já estava sendo desenvolvido dentro das ações para pensar no Programa no contexto da
186 Política Pública. Considera que se trata de uma construção e a grande conquista do programa se dá pelo fato da coordenação ter ido
187 para o IGAM com a centralidade dos Comitês de bacia, pois é exatamente onde é possível ser realizada a articulação das entidades e
188 assim o programa se desenvolver. Polignano expõe que a proposta estabelece um diálogo e sugere que seja de uma forma mais
189 pontual na bacia. Sinaliza que não é o momento de se esgotar os temas de discussão e faz críticas e observações importantes em
190 relação ao Programa, pois sinaliza que não poderá ser uma substituição do PDRH e nem das atribuições que são do Comitê. Expõe que
191 o Estado precisa sinalizar de forma mais clara essa integração com os outros setores como também em relação à viabilidade financeira
192 e comenta em nome do FMCBH que é de se pensar na discussão desse Projeto no momento em que os Comitês de Bacia não possuem

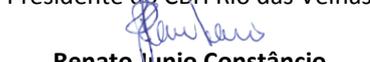
ATA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016

193 estrutura de funcionamento. Informa que irá encaminhar para a CTPC a discussão sobre os termos de parceria referentes ao
194 Programa. O Sr. Morel concorda com as críticas e sinaliza que a contribuição do CBH Rio das Velhas é necessária e acrescenta que na
195 última reunião do Comitê coordenador foi aprovada a incorporação da bacia do Rio Maracujá nessa primeira fase. **Deliberação CBH**
196 **Rio das Velhas - Cronograma de reuniões:** Renato Constâncio apresenta a proposta do calendário de reuniões do CBH Rio das Velhas
197 para 2017 e coloca para aprovação. Foi identificado pelos conselheiros que a data de 16 de junho será feriado de Corpus Christi,
198 ocorrendo alteração para o dia 13 de junho, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, Itamar Santos - COMUPRA questiona
199 sobre os projetos hidroambientais, pois sinaliza alguns pontos importantes como o fortalecimento de parceiros locais, pois estes não
200 são citados nas ações. Em relação ao Projeto Hidroambiental de Valorização de Nascentes, considera a necessidade de criação de
201 outra metodologia de desenvolvimento do projeto, pois não contempla o envolvimento da comunidade. Questiona também sobre a
202 manutenção das obras e ações, sendo necessário definir quem ficará responsável e critica a ausência de participação dos conselheiros
203 do CBH Rio das Velhas em algumas ações na bacia, sinalizando a necessidade de que parcerias sejam realizadas. **Deliberação CBH Rio**
204 **das Velhas - CTOC - Processo 25176/2014 - Ribeirão das Neves:** O Sr. Tarcísio de Paula - CTOC apresenta o processo de outorga nº
205 25176/2014, referente à canalização e/ou Retificação de curso d'água, Córrego Barreiro, Bacia Hidrográfica do Ribeirão da Mata,
206 empreendimento da Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves, Minas Gerais. Inicia explicando sobre a Vila da Paz, pois há a
207 proposta de remoção de 200 famílias residentes na Vila, porém a Prefeitura de Ribeirão das Neves alega que não há verba para a
208 retirada dessas famílias e nesse sentido, diminui-se para a tentativa de remoção de 17 famílias. Explica que o pleito de outorga propõe
209 a revitalização do ponto de vista urbanístico da região, utilizando-se técnicas de engenharia civil e ambientais, para ocupação de solo
210 adequada, evitando-se áreas de riscos e proporcionando melhor qualidade de vida à comunidade local e que com a revitalização das
211 Avenidas A, B e Niemayer, pretende-se adequar a localidade ao uso do solo previsto para a região. Apresenta os problemas
212 encontrados em torno do Córrego Barreiro que envolve assentamentos irregulares, áreas de risco, processos erosivos e assoreamento
213 do córrego, descarte de resíduos sólidos e lançamento de esgoto. Expõe que se trata de um processo de canalização de grande
214 complexidade, pois o córrego Barreiro está afetando moradores legalizados que residem em seu entorno. Considera que a Prefeitura
215 de Ribeirão das Neves jogou os problemas que deveria resolver para o CBH Rio das Velhas em relação à revitalização das vias e
216 situação da Vila da Paz. Apresenta várias imagens que demonstram os problemas enfrentados em torno do córrego e os
217 procedimentos propostos a serem realizados nas vias e na área da Vila da Paz. Cecília Andrade comenta que deparou com uma
218 situação preocupante, pois o Córrego Barreiro está avançando para o Córrego Areias, que possui vazão muito maior do que o Córrego
219 Barreiro e considera haver risco de uma tragédia para os moradores da Vila da Paz. Será necessário fazer uma barragem de contenção
220 com gabião no córrego Areias e a área se refere a fundo de vale e se preocupa com a situação do restante das famílias que não forem
221 retiradas. Dando continuidade na apresentação do processo, Tarcísio apresenta o Parecer da Agência Peixe Vivo, que recomenda à
222 CTOC o deferimento do pleito de outorga constante no processo de outorga nº 25176/2014 e reitera as condicionantes impostas pela
223 SUPRAM - CM, além de recomendar como condicionantes adicionais que seja apresentado ao CBH Rio das Velhas e à Supram - CM os
224 estudos técnicos relativos à modelagem hidráulica dos trechos a serem canalizados e o estudo técnico de modelagem hidráulica
225 demonstrando que haverá estabilidade geotécnica de fundo e das margens do ribeirão Areias no ponto de desaguamento do córrego
226 Barreiro, sendo este o final do trecho a ser canalizado antes do início das obras. Apresenta o posicionamento da CTOC que recomenda
227 o deferimento do pleito de outorga do processo nº 25176/2014 reiterado pelo Parecer técnico emitido pela Supram - CM em
228 11/01/2015. A CTOC recomenda que a Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves elabore a Lei que cria e regulariza a APA da Lajinha
229 localizada no córrego da Lajinha ou Serrote, afluente do Ribeirão Areias. O Sr. Luís Claudio - VALE informa que a CTOC discutiu e
230 entendeu que não seria pertinente colocar a condicionante proposta pela Agência Peixe Vivo referente aos estudos técnicos de
231 modelagem, pois já foi informado que não há recurso para esses estudos. Polignano sinaliza confiar na decisão da CTOC, porém
232 considera a situação um verdadeiro dilema e expõe que não havia presenciado um processo tão complexo como esse. Aponta a
233 existência em todas as falas, incluindo da SUPRAM, de um grau de risco elevado na obra e sinaliza que envolver o nome do Comitê é
234 muito sério. Considera a necessidade de se retirar as 200 famílias e não somente 17 e que se trata de um projeto meia boca, pois além
235 dos riscos, não há recurso para fazer o estudo de modelagem, nesse sentido, trata-se de uma responsabilidade muito grande para o
236 Comitê e chama a responsabilidade para o coletivo, pois o Comitê não irá assumir sozinho. O Sr. Thiago Campos - Agência Peixe Vivo
237 explica que as condicionantes sugeridas pela Agência Peixe Vivo retratam mais como recomendações, pois não observaram no
238 processo informações sobre estudos de modelagem, que em seu entendimento é habitual. Comenta que já presenciou esse estudo em
239 outros processos semelhantes de canalização que passaram pela CTOC e afirma que se trata de uma situação muito delicada e que há
240 construções dentro do córrego. O Sr. Jeam Alcântara - Equipe de Mobilização, explica que há dois focos de discussão, o social e o
241 ambiental, a CTOC levou mais em conta o fator social, pois não há recurso financeiro para a realocação das famílias, além do impacto
242 social a ser gerado pela retirada dessas famílias e nesse sentido, houve a redução da remoção para 17 famílias. Explica que na vista
243 técnica ao local, a CTOC demonstrou preocupação com relação ao canhão hidráulico, o que levou à Agência Peixe Vivo a solicitar os
244 estudos e a Prefeitura de Ribeirão das Neves já informou que não tem condição de arcar com os estudos sugeridos e a empresa
245 contratada para a execução das obras informou que os estudos não estão contemplados no Contrato e nesse sentido seria necessário
246 um aditivo ao contrato vigente. A CTOC definiu que não entraria nas duas condicionantes referentes aos estudos, somente incluiria a
247 recomendação para que a Prefeitura elabore a Lei que cria e regulariza a APA da Lajinha. Após explicações da Empresa em relação às
248 intervenções, Polignano reforça que não se sente seguro para que o Comitê aprove o processo. A Sra. Beatriz - coordenadora de
249 acompanhamento das famílias do projeto pontua que é uma decisão difícil para todos, porém estão gerenciando o desgoverno
250 inconsequente de anos. Explica que o córrego encontra-se com muito lixo e esgoto e se retirarem as 17 famílias já iria promover
251 algumas melhorias, e que a região já está comprometida e que iremos correr riscos de qualquer maneira. Polignano diz compreender
252 o discurso, porém sinaliza que não será a canalização que resolverá a situação da população e que tem a preocupação de como
253 resolver esse dilema, pois tecnicamente há problemas. Wagner Soares recomenda pela aprovação da Deliberação do processo de
254 outorga com as recomendações colocadas pela CTOC e após debates, Polignano coloca a Deliberação em aprovação. Cecília sugere
255 que não seja retirada a recomendação da Agência Peixe Vivo, pois é necessário transferir a responsabilidade em relação aos estudos
256 para a Prefeitura de Ribeirão das Neves. Em seguida, Polignano coloca em aprovação a Deliberação do processo de outorga nº

ATA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA CBH RIO DAS VELHAS REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016

257 25176/2014 com o Parecer da Agência Peixe Vivo, sendo aprovado com duas abstenções. **Deliberação CBH Rio das Velhas -**
258 **Chamamento para a apresentação de demandas de projetos hidroambientais.** O Sr. Matheus Valle - CTPC explica como se
259 desenvolveu a Deliberação de Chamamento Público em questão. Apresenta a Deliberação e aponta para os itens modificados em
260 relação ao Chamamento de demandas de 2015, acerca dos critérios obrigatórios e classificatórios. Explica que se repete a estrutura do
261 PPA. Sinaliza para o artigo 5º que diz que “as demandas espontâneas a serem apresentadas no âmbito do PPA 2015 - 2017 devem
262 estar enquadradas conforme as seguintes rubricas prioritariamente”. No conteúdo mínimo das demandas, aponta que caso o recurso
263 do comitê não seja suficiente o aporte deverá vir de parcerias, cita o parágrafo 3º, que diz que “não havendo um Subcomitê na área de
264 uma UTE, a demanda será encaminhada diretamente pelo proponente ao CBH Rio das Velhas”. Em relação aos critérios classificatórios
265 e eliminatórios, Matheus destaca a obrigatoriedade do CAR em áreas rurais, passando a ser critério eliminatório e cita a interface com
266 a execução de políticas públicas e outros projetos existentes e/ou em implantação na bacia. Carlos Alberto, Cecília, Ênio, Wagner
267 Soares, Nelson, Tarcísio e Geraldo sugerem que o CAR não seja critério eliminatório de projetos e Matheus explica que houve essa
268 discussão sobre o CAR, mas entende que já houve tempo para que os produtores fizessem o CAR, nesse sentido defende a proposta
269 para que a ausência do CAR seja fator eliminatório. Polignano sinaliza que há um consenso para que a ausência do CAR não seja
270 critério de eliminação e sugere que o Cadastro Ambiental Rural seja inserido dentro da categoria de prioritizações. Em seguida, a
271 Deliberação CBH Rio das Velhas - Chamamento para a apresentação de demandas de projetos hidroambientais é aprovada com uma
272 abstenção do Sr. Matheus Valle. **Encerramento:** Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Sr. Marcus Vinícius Polignano encerra a
273 reunião, da qual se lavrou a presente ata.

274 
275 **Marcus Vinícius Polignano**
276 Presidente do CBH Rio das Velhas

277 
278 **Renato Junio Constâncio**
279 Secretário do CBH Rio das Velhas

280 **ATA DE REUNIÃO APROVADA EM: 17 DE FEVEREIRO de 2017**